



II CONGRESSO BRASILEIRO DE
PESQUISA E INOVAÇÃO EM EDUCAÇÃO

AValiação EXTERNA E A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

KÉDNA SYUIANNE QUINTAS MELO; ADRIANO ARAQUEM BAIA MENEZES

RESUMO

A escola propõe a sistematização de suas práticas enquanto instituição, onde ensinar e avaliar fazem parte de um mesmo processo educativo. Discutir a temática da avaliação é bastante complexo, uma vez que para que avaliar e como avaliar são questionamentos importantes ao adentrar neste tema. Tendo isso em vista abordaremos as avaliações externas de larga escala na educação básica e a difusão de seus resultados que tem se traduzido em pressões sobre a comunidade escolar, afetando o currículo e as práticas docentes, ao mesmo tempo, produzindo indicadores que ajudam a esfera executiva na implementação de políticas educacionais voltadas para o controle da educação pública. Este trabalho tem por objetivo problematizar a lógica das avaliações externas em larga escala no contexto brasileiro, com ênfase na prova do Saeb, além de apontar princípios para uma avaliação emancipadora, pautada na pedagogia histórico-crítica. Trata-se então de um estudo de natureza bibliográfica que tem como fontes obras de Dermeval Saviani e de outros pesquisadores da pedagogia histórico-crítica. Quando falamos sobre as avaliações, fica claro que tais políticas de educação são elaboradas para atender a demanda de mercado de trabalho (Marques, Santos, 2020), não levando em conta os conhecimentos que instigam a reflexão crítica sobre o mundo. Uma vez que a utilização de testes padronizados não reflete a realidade daquele aluno, muito menos de uma escola. Com isso, temos que as avaliações externas devem não somente refletir a qualidade educacional em meros índices estatísticos, mas sim utilizar a avaliação como alternativa para estimular o desenvolvimento do potencial humano de cada aluno, tendo como consequência também o desenvolvimento da sociedade.

Palavras-chave: Políticas públicas educacionais; Escola; Educação emancipadora; Desenvolvimento crítico; Qualidade educacional.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo problematizar a lógica das avaliações externas em larga escala no contexto brasileiro, com ênfase na prova do Saeb, além de apontar princípios para uma avaliação emancipadora, pautada na pedagogia histórico-crítica. Tendo isso em vista, faz-se necessário discutirmos inicialmente sobre o processo de avaliação dentro dos ambientes escolares.

A escola se tornou uma instituição comum nas sociedades ocidentais e propõe a sistematização de suas práticas enquanto instituição, onde ensinar e avaliar fazem parte de um mesmo processo educativo. Discutir a temática da avaliação é bastante complexo, uma vez que para que avaliar e como avaliar são questionamentos importantes ao adentrar neste tema.

O processo de avaliação do aluno, de acordo com a abordagem construtivista, não deve ter como base o que o docente quer que ele aprenda, mas sim as possibilidades de desenvolvimento deste aluno, uma vez que, de acordo com Magalhães e Marsiglia (2017, p. 236), entende-se como “ato discriminatório e preconceituoso esperar de um aluno aquilo que

ele não pode dar, porque seu desenvolvimento não está “pronto” para aquilo que o professor almeja”.

Ou seja, temos que a importância da avaliação está pautada na perspectiva de que o aluno tenha conhecimento de suas dificuldades e de seus avanços, respeitando, desta forma, os seus limites e as suas possibilidades. Logo, avaliar deve ser uma forma de verificação do desempenho dos alunos para que os docentes consigam organizar o seu processo de ensino-aprendizagem ao analisar o que o seu aluno aprendeu de acordo com os objetivos de ensino traçados.

No que tange as avaliações externas de larga escala, temos que no Brasil vem se adotando uma série de políticas públicas que possuem o objetivo de inserir uma lógica gerencial de gestão das escolas, assumindo, desta forma, características privatista e mercadológica (Marques, Santos, 2020). Isso não significa que a educação pública está deixando de existir, mas sim que os traços que estamos acostumados a ver nas iniciativas privadas passam a ser percebidos na gestão e na organização dos ambientes escolares.

Tais avaliações externas se constituem como uma das principais ferramentas que o Estado utiliza para implementar ações no campo educacional. Essas avaliações estão presentes em todo o processo educacional dos indivíduos, com avaliações que são aplicadas desde o ensino fundamental até o ensino superior. Temos como exemplo dessas avaliações o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que se constitui como uma política pública de acesso ao Ensino Superior; SAEB para os anos Iniciais e Finais aplicada para o 5º série do fundamental I, 9º série do fundamental II e 3º ano do ensino médio; e para o ensino superior podemos citar como exemplo o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), que possui como objetivo avaliar os cursos de ensino superior brasileiros. Tendo isso em vista, enfatizamos que o presente trabalho possui seu enfoque no SAEB.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se então de um estudo de natureza bibliográfica que tem como fontes obras de Dermeval Saviani e de outros pesquisadores da pedagogia histórico-crítica. Foi organizado com a intenção de oferecer ao leitor a possibilidade de conhecer a pedagogia histórico-crítica acerca das avaliações externas em larga escala, entendendo como são pensados a escola, os conteúdos, a sociedade, e o método a partir dessa teoria pedagógica

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho possuiu como objetivo problematizar a lógica das avaliações externas em larga escala no contexto brasileiro apontando princípios para uma avaliação emancipadora, pautada na pedagogia histórico-crítica. É comum, no âmbito educacional, a utilização de avaliações (tanto para a escola, estudantes ou professores) como ferramenta principal utilizada pelo Estado para implementar mudanças neste setor. De acordo com Schneider e Rostirola (2015, p. 494):

As políticas de avaliação implementadas nas últimas três décadas têm sido responsáveis pela adoção de mecanismos de um quase-mercado na educação, a partir dos quais se concretiza a remodelação do papel do Estado na condução das políticas públicas e da atuação das escolas e redes de ensino frente ao processo ensino- aprendizagem.

Acredita-se que o sistema de gerenciamento dos serviços públicos está se aproximando cada vez mais dos seus usuários, o que resulta em um aumento da fiscalização e do controle. Essa situação tem levado a mudanças na administração pública, especialmente no setor

educacional, uma vez que surgiu a necessidade de maior transparência por parte das escolas. Isso tem levado à introdução de processos de avaliação, prestação de contas e responsabilização (accountability) nesse setor. Como resultado, o Estado passou a avaliar e fiscalizar os resultados de testes externos.

Com isso abordamos a pedagogia histórico crítica, termo desenvolvido pelo filósofo e educador Dermeval Saviani, refere-se a uma perspectiva pedagógica a qual busca por “por saídas teóricas que superassem os limites apresentados pelas teorias crítico-reprodutivistas (Santos, 2018). Trata-se de uma pedagogia que, de acordo com Saviani (2013, p. 3) “se diferencia no bojo das concepções críticas; ela diferencia-se da visão crítico-reprodutivista, uma vez que procura articular um tipo de orientação pedagógica que seja crítica sem ser reprodutivista”.

Na perspectiva histórico-crítica, que se baseia nos princípios de uma educação libertadora, refere-se aos conhecimentos tradicionais que são essenciais para a formação integral do indivíduo, abrangendo tanto a sua socialização quanto a sua individualidade, refletindo sobre o legado que a ciência, a arte e a filosofia nos deixaram ao longo da nossa própria história. É nesse contexto que a pedagogia histórico-crítica, fundamentada no materialismo histórico-dialético, destaca a importância do ensino dos conteúdos clássicos na educação escolar.

Quando falamos sobre as avaliações, fica claro que tais políticas de educação são elaboradas para atender a demanda de mercado de trabalho (Marques, Santos, 2020), não levando em conta os conhecimentos que instigam a reflexão crítica sobre o mundo. Uma vez que a utilização de testes standardizados não reflete a realidade daquele aluno, muito menos de uma escola. De acordo com Apolinário (2010, s/p)

[...] o Ideb, como muitos outros dados quantitativos apresentados pelo governo federal para a educação, é apenas uma maquiagem, pois os alunos continuam saindo do 5º ano sem saber ler e escrever direito e sem executar, na prática, as noções básicas das quatro operações matemáticas.

Podemos concluir que os professores têm se empenhado em preparar os alunos por meio de práticas de treinamento que visam a obtenção de um desempenho satisfatório nessas avaliações. Logo, perde-se o objetivo de ensinar o conteúdo em si, e o instrumento de avaliação acaba se tornando o guia principal das práticas pedagógicas.

A prova do Sistema de Avaliação da Educação básica se constitui como uma avaliação aplicada a cada dois anos e que é constituída basicamente por questões de matemática e língua portuguesa, além da aplicação de um questionário socioeconômico. Logo, podemos levantar um questionamento sobre a inexistência de conteúdos relacionados a ciências ou estudos sociais. A justificativa levantada é pautada no discurso de que as disciplinas referentes a ciências, história e geografia (não sendo citado artes ou educação física) devem ser trabalhadas de maneira interdisciplinar com a língua portuguesa e com a matemática.

É possível notar que o SAEB, alinhado à abordagem neoliberal, possibilita ao Estado monitorar a educação com o intuito de atender aos padrões internacionais estabelecidos. Isso acaba estimulando de forma inadequada a competição entre as instituições de ensino, fazendo com que a educação adote uma lógica de mercado, onde a sociedade passa a assumir o papel de consumidores, escolhendo escolas com melhores classificações.

Com isso, temos que as avaliações externas devem não somente reduzir a qualidade educacional em meros índices estatísticos, mas sim utilizar a avaliação como alternativa para estimular o desenvolvimento do potencial humano de cada aluno, tendo como consequência também o desenvolvimento da sociedade.

4 CONCLUSÃO

A priori enfatizamos a importância de compreender a pedagogia histórico crítica como uma prática pedagógica que está a serviço da classe trabalhadora, que projeta uma escola onde o desenvolvimento máximo das potencialidades dos alunos são garantidos. Lutando, desta forma, cada vez mais por uma educação emancipatória direcionada para uma formação omnilateral (relativo a todos os lados ou direções), visando o pleno desenvolvimento da potencialidade humana.

Não negamos neste trabalho a necessidade de se ter uma avaliação que seja aplicada a estes alunos, no entanto, defende-se que tais avaliações estejam livres das influências das relações capitalistas e que caminhe para o desenvolvimento de uma abordagem alternativa que vá além de visões simplistas do processo de ensino-aprendizagem e que se dirija à conscientização e ao fortalecimento da luta de classes, bem como à formação de uma individualidade universal e livre.

REFERÊNCIAS

APOLINÁRIO, M. **Metas do Ideb**: por que são tão tímidas? Jornal Virtual. Humana Editorial. Ano 8, n. 175, julho de 2010. Disponível em: <http://meb.zarinha.com.br/2010/07/25/metas-do-ideb-por-que-tao-timidass/>. Acesso em 14 de agosto de 2023.

MAGALHÃES, G. M.; MARSIGLIA, A. C. G. **Avaliação na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica**. Revista online de Política e Gestão Educacional, Araraquara, n. 15, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9354>. Acesso em: 7 out. 2023.

MARQUES, H. J.; SANTOS, F. A. **Pedagogia histórico-crítica e avaliação externa**: notas para a elaboração de uma avaliação emancipadora. Revista Educere Et Educare, Vol. 15, N. 35, abr./jun. 2020. Ahead of Print. DOI: 10.17648/educare.v15i35.24267.

SCHNEIDER, M P; ROSTIROLA, C R. **Estado-Avaliador**: reflexões sobre sua evolução no Brasil. RBPAE - v. 31, n. 3, p. 493 - 510 set./dez. 2015.

SANTOS, R. E. O. **Pedagogia histórico-crítica**: que pedagogia é essa? Horizontes, v. 36, n. 2, p. 45-56, mai./ago. 2018

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica primeiras aproximações**. 11.ed. Campinas: Autores Associados, 2013.